

NESTA EDIÇÃO

Salários

O Fórum das Seis entregou pauta de reivindicações para a campanha de data-base deste ano. No início deste mês o Cruesp respondeu à nossa pauta de reivindicações: nenhum ponto foi ignorado, mas todos os itens foram desconsiderados. O presidente do Cruesp, Artur Roquete de Macedo, agendou reunião de negociação para o dia 24 deste mês.

Págs. 4 e 5

USP Aberta

Entidades vinculadas à Universidade de São Paulo estão lançando o movimento "USP Aberta" com o propósito de reabrir o campus universitário nos finais-de-semana e debater problemas enfrentados pelos usuários.

Pág. 3

Aids na USP

A reitoria da USP se nega a pagar os remédios 3TC e Saquinavir ao professor Jorge Beloqui, portador do vírus HIV.

Pág. 8

Sem-terra

Na manhã seguinte ao assassinato dos 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Pará, a Adusp distribuiu Moção de Repúdio condenando a chacina praticada por policiais militares daquele Estado.

Pág. 8

Aumenta drasticamente o número de aposentadorias na USP

A forma com que o governo federal encaminhou no Congresso a reforma da Previdência, visando basicamente a extinção de benefícios e a quebra de direitos adquiridos, acabou desencadeando uma verdadeira maratona do funcionalismo público em busca da aposentadoria.

Apesar de a reitoria negar entrevista ao Informativo Adusp, a diretoria da entidade efetuou pesquisa em 26 unidades da USP e pode constatar que o número de aposentadorias aumentou em 95 e nos quatro primeiros meses de 96, em relação a 94. De janeiro a dezembro de 94, a USP concedeu, nestas 26 unidades que congregam 82% dos docentes da universidade, 71 aposentadorias. Este número salta para 153 em 95 e mais 71 entre janeiro e abril deste ano. Enquanto os doze meses de 94 registram uma média de seis aposentadorias ao mês, nos 15 meses do go-

verno Fernando Henrique Cardoso esta média saltou para 15 aposentadorias mensais.

O Instituto de Física registra duas aposentadorias em 94, seis em 95, e quatro nos primeiros meses de 96. Na Poli, o salto foi de oito em 94 para 14 em 96. Outras quatro aposentadorias foram concedidas até abril deste ano. Na FFLCH, o aumento entre 94 e 95 foi de 275%; passou de oito para 30. Mais 11 foram concedidas nos primeiros meses de 96. O maior aumento no número de aposentadorias ocorreu na ESALQ, em Piracicaba. Lá, quatro docentes foram aposentados em 94. No ano seguinte, porém, este número saltou para 19 (aumento de 375%) e outros sete professores já se aposentaram este ano.

As aposentadorias nas universidades federais e estaduais, assumiram proporções tão preocupantes que o

ministro da Educação, Paulo Renato, decidiu criar uma bolsa no valor de R\$1.100,00 (não extensiva aos docentes das universidades estaduais), por um período de cinco anos, para tentar evitar que os professores deixem precocemente a ativa e se mantenham nas salas de aula. O que o ministro faz questão de não explicar é que a medida é inócua, uma vez que esse adicional não poderá ser incorporado às aposentadorias.

Para o reitor da Universidade Federal de Goiás, Ary Monteiro, no momento em que os professores perdem a garantia de se aposentar com salário integral aos 30 anos e 25 anos no caso da mulher, eles buscam o benefício proporcional e se aposentam precocemente com 70% do salário. "Como eles são jovens, vão continuar trabalhando nas universidades particulares", afirma o reitor da Federal de Goiás.

O quadro das aposentadorias na USP

levantamento Adusp

Unidade	94	95	96*	Unidade	94	95	96*
ECA	1	6	6	FM	3	3	3
EEF	0	1	1	FMRP	2	5	3
EERP	4	5	2	FO	9	4	4
EESC	4	2	2	FOB	1	1	1
EP	8	14	4	FZEA	0	0	0
ESALQ	4	19	7	IAG	0	0	0
FCF	4	1	1	IB	4	6	3
FCFRP	2	2	1	IF	2	6	4
FD	2	7	0	IFSC	0	5	0
FEA	1	4	0	IGC	0	5	3
FE	4	8	3	IME	2	4	4
FFCLRP	4	5	2	IQ	1	9	6
FFLCH	8	30	11	IO	1	1	0
TOTAL					71	153	71

fonte: diretorias das unidades

*dados informados até março

Brasil, campeão de desigualdade

A edição nº 6 da Revista Adusp, distribuída no início deste mês, traz como tema de capa as desigualdades sociais brasileiras. A matéria "Campeão de Desigualdade" mostra o Brasil que deu certo, aquele que consome e é regido pelas leis de mercado, num gritante contraste com o Brasil que não consegue oferecer acesso às proteínas mínimas necessárias à sobrevivência de milhões de brasileiros. O Brasil econômico anda longe do Brasil social, afirma o texto do jornalista Hamilton de Souza. Num dos extremos, ostenta o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, frutas, laranja e mandioca e o 2º lugar em rebanho bovino. No outro extre-

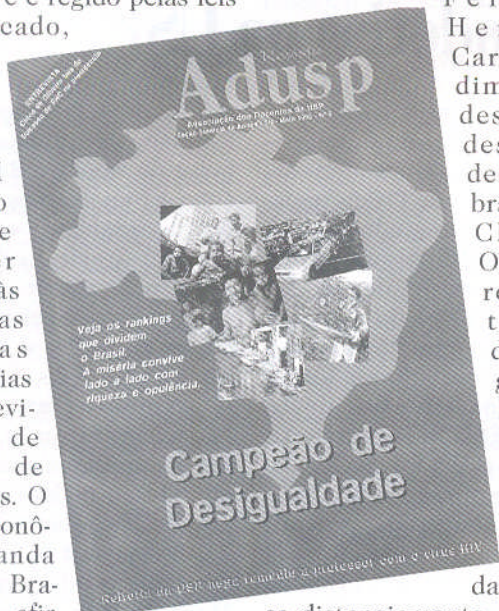
mo, 400 mil crianças morrem de fome anualmente e 22 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza absoluta.

Na entrevista principal, o economista e sociólogo da USP, Francisco de Oliveira, fala do fracasso do governo

Fernando Henrique Cardoso em diminuir as desigualdades sociais desses dois brasis. Para Chico de Oliveira, as regras estabelecidas pelo governo FHC tendem a aumentar e acentuar ainda mais esse

distanciamento. Chico de Oliveira tece críticas ao "ex-amigo" e compara o governo de Fernando Henrique aos dos militares. "Ele não está matando ninguém do ponto de vista físico, mas matando a discussão, aqueles que divergem. Está matando mentalmente este país. Isto é um crime tão miserável quanto a morte física", diz o professor da USP.

A revista traz, ainda, os artigos "Estado, opulência e dominação na terceira onda", do prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro(PT); "Monopólio das patentes", do professor da UnB J.W. Bautista Vidal; "Avaliar para crescer", da vice-presidente da SBPC e professora da UFPR, Glaci Zancan; "A morte do contra-poder", da professora Nanci Leonzo, Departamento de História da USP; "Dengue, em debate o ressurgimento da questão da erradicação do mosquito transmissor", de Delcio Natal, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP; e "Ter HIV na USP ou o uso do hífen na língua portuguesa", do professor Jorge Beloqui, Instituto de Matemática da USP.



Dois Pontos

Irregularidade

O professor da ECA, Edvaldo Pereira Lima, surpreendeu-se com o débito automático no valor de R\$ 354,15 em sua conta corrente no Banespa, agência Cidade Universitária. Sem que ele tivesse autorizado, o banco efetuou o desconto e creditou à Associação dos Funcionários da Prefeitura do Campus. Ele reclamou e, evidentemente, foi ressarcido. A questão, agora, é saber quem possibilitou à AFPC o acesso ao nome do professor e ao número de sua conta corrente.

Alerta

Insatisfeito com as explicações do Banespa e da AFPC, o professor Edvaldo encaminhou carta à reitoria da USP denunciando o ocorrido. Na carta ele afirma que a irregularidade configura clara violação de patrimônio financeiro e, portanto, reveste-se da maior gravidade, principalmente por envolver servidor da universidade e a agência bancária responsável pelo pagamento de docentes e funcionários. O professor Edvaldo optou por tornar pública essa violação para alertar os trabalhadores vinculados à Universidade de São Paulo. "Outras pessoas podem ter sido lesadas e não se aperceberam", diz ele.

Estatuto... o que é isso mesmo?

Em maio de 1995, a Regional da Adusp em Ribeirão Preto realizou o Simpósio "Estatuto - é hora de mudar?" No início deste ano, foi distribuído aos associados um livro de 114 páginas contendo a transcrição das falas dos dez palestrantes e dos debates que se seguiram às três mesas realizadas durante dois dias. Para completar o ciclo, nada mais lógico que conhecer a posição do reitor da USP, Flávio Fava de Moraes.

Afinal, já existe discussão acumulada. A lógica, porém, parece ser perversa na USP. Convidado oficialmente no dia 8 de abril, até o fechamento desta edição, o reitor da USP sequer havia respondido à correspondência. Esperamos que o faça, nem que seja para negar o debate de um assunto tão importante quanto este.

Questão de nível salarial

Emenda Constitucional da Mesa do Congresso Nacional, publicada no Diário Oficial no dia 2 deste mês, permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. O problema, agora, é convencer bons professores, bons técnicos e bons cientistas a trabalhar pelos salários pagos no país.

Serviço público

ESTÃO QUERENDO ACABAR COM O SERVIÇO PÚBLICO!

'Seja como isso pode prejudicar você e sua família'

Informações importantes sobre os serviços de interesse público no Brasil. A quem interessa e fim do serviço público que podemos fazer para impedir esta destruição.

FORUM das Seis ANDRES

O Fórum das Seis publicou este mês a cartilha "Estão querendo acabar com o serviço público" contendo importantes informações sobre os serviços e as estatísticas públicas no Brasil. A publicação mostra a quem interessa o serviço público e o que pode ser feito para impedir que o setor seja destruído. A publicação avalia, ainda, o papel que a imprensa tem desempenhado ao tratar esta questão.

Adusp

Diretoria:

Marco A. Brinati, Osvaldo Coggiola, Jair Borin, Heloísa D. Borsari, Valéria De Marco, Primavera Borelli, José Nivaldo Garcia, Antonio César Fagundes, José Marcelino Rezende Pinto, Oziride Manzolli Neto.

Editor:

Marcos Luiz Cripa vd

Projeto Gráfico:

Argeu Godoy

Produção Gráfica:

Maria Cristina Waligora e Luís Ricardo Câmara
Revisão: Jamila Natour

Secretaria:

Rogério Yamamoto
Alexandra Carillo

Distribuição:

Marcelo Chaves
Walter dos Anjos

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: mensal

Filmes: Bureau Bandeirante

Impressão: Gráfica Perez

Adusp-S.Sind.: Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374
Cid. Universitária - São Paulo - SP
CEP 05508-900 - Tel: (011) 813-5573
Fax: (011) 814-9321
e-mail: aduspsp@org.usp.br

Mobilização poderá reverter processo de fechamento da Cidade Universitária

Na primeira audiência pública convocada pela comunidade para debater o fechamento da Cidade Universitária ficou patente que professores, estudantes, funcionários e usuários da USP são contrários às mudanças.

O prefeito da Cidade Universitária, Antônio Rodrigues Martins, usou estatísticas para tentar convencer professores, estudantes e funcionários da USP da necessidade de fechamento do Campus, durante debate realizado dia 9 de abril no Anfiteatro da História. Não conseguiu. As cerca de 300 pessoas que compareceram ao encontro promovido pela Associação de Pós-graduandos e Representantes Discendentes de Pós-graduação não aceitaram a discussão técnica proposta por Martins.

A professora Zilda Iokoi, ex-diretora da Adusp e integrante da mesa, afirmou que as decisões adotadas pela Prefeitura do Campus, com a anuência da Reitoria da Usp, são "autoritárias, uma vez que não foram debatidas com a comunidade -interna e externa-, e tecnocráticas porque não levam em consideração o papel da universidade no sentido da implementação efetiva de políticas públicas". Para Zilda Iokoi, o processo de fechamento do Campus já está ocorrendo, com a construção de guaritas

nas entradas e de muros no entorno da USP, e somente com a mobilização da comunidade será possível barrar o fechamento.

Para o prefeito Martins, o que deve ser discutido nos próximos meses é como se dará a reabertura da Cidade Universitária. Ele garantiu, no entanto, que não será possível admitir a reabertura para as quase 100 mil pessoas que usavam a Cidade Universitária como parque de lazer nos finais de semana. A utilização anterior criava problemas de segurança, trânsito e acúmulo de lixo, disse o prefeito universitário.

O articulista da Folha de S. Paulo, Marcelo Coelho, convidado para o debate porque escreveu, recentemente, um artigo propondo uma "invasão" popular na USP, defendeu o princípio de que um espaço público deve ser aberto para a população da cidade, mesmo que isso traga problemas. Admito a responsabilidade da Prefeitura da USP na manutenção da Cidade Universitária, porém, não dá para entender por que as atividades-fim da USP devem ser feitas num lugar isolado e não como parte da cidade, disse Marcelo Coelho.

O pró-reitor de Cultura e Extensão, Jacques Marcovitch, argumentou de que a questão não deve ser colocada de forma extrema: de abrir ou fechar o Campus. Segundo ele, o que existe é a necessidade de pensar um uso adequado do espaço da

Ronaldo Entler



Centenas de pessoas participaram do debate na História

Movimento USP Aberta

O Movimento "USP Aberta", que congrega entidades de diversas áreas da universidade, foi criado para discutir e propor medidas que visem a reabertura do campus. O grupo está se reunindo semanalmente e, no último dia 15 de maio, solicitou audiências ao prefeito Antônio R.

Martins e à São Paulo Transportes, antiga CMTC. O movimento pretende debater nesses encontros os itinerários dos ônibus no interior da Cidade Universitária. Para o mês de junho está em estudo a possibilidade da realização de um grande show em apoio à reabertura do campus.

Cidade Universitária. Segundo Marcovitch, é necessário que outros debates sejam realizados para que surjam novas propostas.

A reitoria da USP criou uma comissão que terá até junho deste ano para formular uma proposta de reabertura da Cidade Universitária para o público aos domingos. Esta comissão é composta por membros do Conselho Universitário: três professores, um funcionário e um estudante, além de três representantes de associações do bairro do Butantã. Paralelamente, as entidades representativas dos funcionários e docentes da USP, DCE, APG e funcionários do IPT estão se reunindo semanalmente para apresentar propostas e impedir o fechamento do Campus. Diferente do que procura fazer a Prefeitura do Campus, essa comissão pretende encaminhar o debate através de três frentes distintas: a reabertura aos domingos, a questão do trânsito - que está caóti-

co nas três saídas - e a questão de segurança.

A diretoria da Adusp já se posicionou contrária ao encaminhamento dado pela Prefeitura Universitária à questão do fechamento e está distribuindo adesivos de carros manifestando essa discordância. "Acorda Reitor. Portões da USP: quanta incompetência. Reage USP", diz o texto do adesivo.

Rádio Eldorado - O professor Marcos Nascimento Magalhães participou, na Rádio Eldorado, do programa Eldorado à Tarde, que deveria debater com o prefeito do campus os transtornos causados pelo fechamento da Cidade Universitária nos finais de semana e a redução no número de portarias. O prefeito Martins não compareceu ao debate. Marcos Magalhães, representando a Adusp, teve oportunidade de apresentar os motivos pelos quais a entidade se coloca contrária às decisões que estão sendo adotadas pela prefeitura do campus.

Arturo Avancini



Usuária do campus adere à campanha USP aberta

Cruesp nega reivindicações do Fórum

Fotos: Daniel R. Garcia

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) negou as principais reivindicações da data-base encaminhadas pelo Fórum das Seis. No item salários, a resposta do reitor da Unesp, Arthur Roquete de Macedo (presidente do Cruesp) é de que esta questão deverá ser discutida somente após a obtenção do índice real de abril e a estimativa de receita do ICMS para o mês de maio. Diante deste quadro, a primeira reunião de negociação ocorrerá, apenas, dia 24 de maio.

O Cruesp nega-se, também, a adotar uma política salarial com reajustes mensais de acordo com o ICD-Dieese. "Pensar a adoção de uma política salarial nestes moldes seria, na atual conjuntura, inviabilizar o funcionamento das universidades estaduais paulistas", afirma o texto-resposta divulgado pelo Cruesp. Os reitores da Unesp, Usp e Unicamp negaram-se a agendar reunião em novembro deste ano para avaliação e negociação sobre a recuperação de perdas

salariais. Eles entendem que, após a data-base deste ano, nova avaliação deva ocorrer somente em maio de 97.

É importante ressaltar que nem todas as reivindicações do Fórum das Seis são de origem econômica/salarial e de melhoria das condições de trabalho para docentes e funcionários. Muitas estão diretamente ligadas à luta em defesa da universidade e da educação pública, a exemplo da transparência orçamentária e administrativa e posicionamento em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A pauta unificada contendo as reivindicações de professores e funcionários da USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza foi protocolada em 16 de abril e entregue pessoalmente ao presidente do Cruesp na Assembléia Legislativa durante sessão de comemoração dos 20 anos da Unesp (foto). Na ocasião, a coordenadora do Fórum das Seis, Sueli Guadalupe Mendonça, falou da necessidade de recomposição dos salários e lembrou dos 11 meses que funcionários e professores



estão sem receber qualquer reajuste. "Os salários perderam totalmente sua competitividade e o poder de atração sobre os jovens que pretendem se dedicar à docência e pesquisa", disse Sueli Guadalupe.

Levantamento feito pela diretoria da Adusp indica

que auxiliar de ensino da PUC/SP (40 horas) recebe R\$ 2.069,00; na Unimep entre R\$ 2.717,00 e R\$ 2.995,00, enquanto na USP o salário é de R\$ 1.159,00. Um professor-doutor na PUC ganha R\$ 3.668,00; na Unimep entre R\$ 4.558,00 e R\$ 5.817,00, e na USP R\$ 2.400,00.

Ato em defesa das universidades

Diretores da Adusp, Adu-nesp, Adunicamp, STU, Sintusp, Sinteps e Sintunesp estiveram na Assembléia Legislativa dia 15 de abril para participar da sessão solene em comemoração dos 20 anos da Unesp. Alunos e professores lotaram a galeria da Assembléia, transformando a sessão em ato em defesa do ensino público. Os estudantes levaram faixas contra os governos de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Eles exigiam mais verbas para as universidades e a aprovação de 11% na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) que será votada no mês de junho próximo.

Os deputados Jamil Murad (PC do B) e Bia Pardi (PT) discursaram em defesa de mais verbas para as universidades, enquanto Milton Flávio (PSDB), representando o governador Mário Covas, procurou explicar que o Estado não pode oferecer mais do que foi estabelecido pela LDO de 96. Ele foi ininterruptamente vaiado pelos estudantes, funcionários e professores que se encontravam na galeria. Emanuel Woiski, presidente da Adu-nesp, afirmou que atualmente professores e funcionários das três universidades estaduais paulistas amargam os piores salários dos últimos 20 anos.



Professores, funcionários e estudantes das universidades estaduais paulistas protestam na Assembléia Legislativa contra a política educacional dos governos Covas e FHC.



Pauta unificada de reivindicações

I. Salários

- a) Reajuste de data-base: Maio/95+18%
- a1) Recuperação das perdas salariais desde maio/95 de acordo com o ICV-Dieese;
- a2) Acréscimo de 18% para recuperação de parte de perdas históricas com relação a janeiro/89.

Como em toda data-base, queremos recuperar o poder aquisitivo da data-base anterior, o que significa recuperar "maio/95". Sabemos, no entanto, que isso não é suficiente, pois o nível salarial de maio/95 é muito baixo. Temos adotado janeiro/89 com referencial a ser atingido através de um plano de recuperação de perdas. Daí surgem os 18%: se pensarmos em recuperar o poder aquisitivo de jan/89 em quatro anos, deveremos ter ganhos reais de pelo menos 18%, em cada uma das próximas data-bases, a partir de 1996. Por isso, em termos de poder aquisitivo, estamos reivindicando:

Maio/96 = Maio/95+18%;

I. Salários

- a. A questão salarial, deverá ser discutida pelo Cruesp, a partir do momento em que obtivermos: o índice real de abril e a estimativa da Secretaria da Fazenda para maio. Assim, o Cruesp acredita ser possível uma primeira reunião para a discussão salarial, a partir da 2ª quinzena de maio.
- b. Pensar a adoção de uma política salarial com reajustes mensais de acordo com o ICDIEESE seria, na atual conjuntura, inviabilizar o próprio funcionamento das universidades estaduais paulistas, que se preparam para atuar junto a Assembléia Legislativa do Estado, para reaver o índice de 9,57% sem as limitações impostas pela LDO aprovada em 1995. Quanto à reunião proposta para novembro de 1996, o Cruesp entende que a pauta seja encaminhada na data-base maio 97.
- c. O Cruesp já está analisando este assunto.

II. Condições de trabalho

- a. Com relação a criação da comissão paritária Cruesp/Fórum das Seis, para no prazo de 90 dias definir os mecanismos de regularização da situação trabalhista de docentes e funcionários em caráter precário, esta presidência deverá ouvir primeiro os reitores para, caso haja casos concretos a serem

- b) Definição de uma política salarial até abril/97, com as seguintes características:
- Reajuste mensal de acordo com o ICV-DIEESE;
 - Reunião em novembro/96 para avaliação e negociação sobre a recuperação de perdas salariais;
- c) Incorporação da gratificação de mérito ao salário-base.

II - Condições de trabalho

- a) Criação de comissão paritária Cruesp/Fórum das Seis para, no prazo de 90 dias, definir os mecanismos de regularização da situação trabalhista de docentes e funcionários contratados em caráter precário;
- b) Fim do processo de terceirização dos serviços nas universidades estaduais paulistas e no CEETEPS;

III - Saúde e Segurança

- a) Formação imediata de comissões paritárias (docentes, funcionários, Cruesp e Governo Estadual) para equacionar as seguintes questões:
- atendimento à saúde;

- aposentadoria e pensão;
 - impacto da proposta de reforma da previdência sobre as universidades estaduais paulistas.
- b) Manutenção da vinculação dos Hospitais Universitários às Universidades e efetiva organização dos Conselhos Gestores daquelas instituições de saúde ligadas às universidades estaduais paulistas, com participação de docentes, funcionários, alunos e usuários.
- c) Criação do Departamento de Saúde da Mulher nos Hospitais Universitários onde ele não existir.

IV - Transparência orçamentária e administrativa

- a) Efetivação e início imediato dos trabalhos das Comissões Mistas de Isonomia e Orçamento, conforme acordo da data-base de 1994;
- b) Publicação mensal de balancetes, que especifiquem todas as receitas e despesas, de cada uma das três universidades, incluindo todas as funda-

ções de direito público e privado vinculadas a elas e suas unidades.

V - Outras reivindicações

- a) Afastamento sindical para todos os membros das diretorias eleitas em seus respectivos sindicatos;
- b) Posicionamento do Cruesp contra todas as reformas constitucionais que retiram direitos dos trabalhadores e contra a PEC-233/95 que transfere a regulamentação da autonomia das universidades para lei complementar.
- c) Posicionamento do Cruesp favorável à destinação, na LDO de 1997, de 11% do ICMS às universidades públicas paulistas e de 2% do ICMS ao Centro Paula Souza.
- d) Comprometimento do Cruesp com a elaboração e discussão ampla de uma Lei Orgânica para o ensino superior.
- e) Defesa do vínculo e associação do CEETPS à UNESP.
- f) Readmissão dos demitidos por envolvimento na greve da última data-base.

Resposta do Cruesp

examinados, criar uma comissão de estudos para verificar quais as condições legais capazes de normatizar a situação.

- b. O processo de terceirização nas universidades estaduais paulistas é de responsabilidade exclusiva de cada uma das administrações.

III. Saúde e Segurança

- a. Para tentar resolver as questões relacionadas ao atendimento à saúde e aposentadoria e pensão do universo de funcionários das universidades, o Cruesp tem limitações, que possibilitam os estudos somente com comissões formadas por docentes e servidores técnico-administrativos, sem a participação de membros do Governo do Estado.
- b. Os Hospitais Universitários (Hospital Universitário da USP, Hospital Universitário da UNICAMP e o Hospital das Clínicas da UNESP), estão efetivamente vinculados a cada uma das universidades integrantes do Cruesp. A gestão dos mesmos, por sua especificidade, é feita por pessoal especializado, além de serem norteados pelos Estatutos e Regimentos das Universidades não dependendo da ação exclusiva do Cruesp.
- c. As três universidades tem preocupações em relação a saúde da mulher. Assim, na UNESP, o Centro de Saúde Es-

cola e Departamento de Ginecologia e Obstetrícia mantem Programa Específico de Saúde da Mulher, o mesmo ocorrendo com a USP, que ainda mantém o Centro de Referência da Mulher e a UNICAMP que implementou o Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher.

IV. Transferência orçamentária e administrativa

- a. A criação das comissões indicadas na pauta, deverão ser discutidas após a abertura das negociações envolvendo a data-base.
- b. Os balancetes mensais das Universidades são elaborados e encaminhados mensalmente aos órgãos fiscalizadores do Estado. Os balanços financeiro, orçamentário e patrimonial publicados pelas Universidades no D.O.E. demonstram todas as movimentações ocorridas nas receitas e nas despesas dessas instituições.
- O orçamento é objeto de ampla discussão nos Conselhos Universitários antes de sua aprovação. Além disso, são encaminhados, rotineiramente, a esses conselhos dados que demonstram a posição orçamentária, financeira e de pessoal das instituições.

V. Outras reivindicações

- a. O afastamento dos membros das diretorias eleitas pelos sindicatos que congregam as

categorias profissionais das universidades paulistas é regulamentado por lei.

- b. Com relação ao PEC-233/95 os reitores das três universidades, já se manifestaram publicamente contra a alteração do texto constitucional que trata da autonomia universitária. Com relação as demais reformas constitucionais, o Cruesp poderá vir a se reunir para discutir as mesmas no momento oportuno.
- c. A posição dos reitores é a da defesa intransigente dos 9,57% estabelecidos pela Assembléia Legislativa, anteriormente a LDO de 1996. Neste sentido faz-se necessária a manutenção do parágrafo 1º e a supressão do parágrafo 2º do artigo 4º do projeto de Lei recém-enviado à Assembléia Legislativa, e a consolidação da autonomia universitária em definitivo, transformando os termos do decreto que autoriza e define em Lei. A posição inicial dos reitores é a da defesa intransigente dos 9,47% estabelecidos pela Assembléia Legislativa, anteriormente à LDO de 1996.
- d. O Cruesp está preocupado em converter o Decreto em Lei.
- Com relação aos itens e e f constantes das reivindicações apresentadas, este Conselho as considera como parte de pautas específicas de algumas das universidades que o integram.

Edital de Convocação para Eleição do CR

Nos termos do Regimento Geral e das Normas das Eleições ficam convocados os sócios da Adusp - S. Sind. para eleição de membros do Conselho de Representantes (CR), a ser realizada nos dias 21, 22 e 23 de maio de 1996, das 9:00 às 21:00 hs. As inscrições dos candidatos a membro do CR deverão ser efetuadas na sede da Adusp - S. Sind. sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. "J", nº 374, Prédio da Antiga Reitoria, até as 18:00 hs. do dia 14 de maio de 1996.

São Paulo, 16 de abril de 1996
 Marco A. Brinati
 Presidente da Adusp - S. Sind.

Unidades que deverão eleger representantes:

S.Paulo-SP

Escola de Comunicações e Artes (ECA); Escola de Educação Física (EEF); Escola Politécnica (EP); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - (FAU); Faculdade de Direito (FD); Faculdade de Economia e Administração (FEA); Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH); Faculdade de Medicina (FM); Faculdade de Odontologia (FO); Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ); Instituto Astronômico e Geofísico (IAG); Instituto de Biociências (IB); Instituto de Estudos Brasileiros (IEB); Instituto de Física (IF); Instituto de Geociências (IG); Instituto de Matemática e Estatística (IME); Instituto de Química (IQ); Museu Arqueologia e Etnologia (MAE); Museu de Zoologia (MZ); Museu Paulista (MP);.

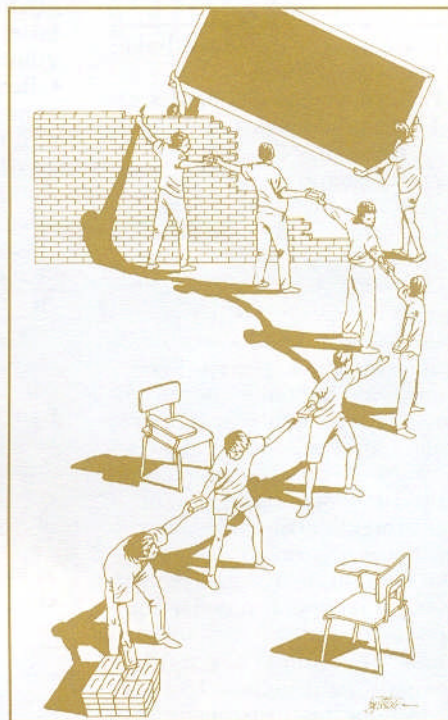
Interior

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP); Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP); Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB).

Greve nas federais

Há exatamente um mês em greve, docentes e funcionários das universidades federais participaram, no início deste mês, de um ato, em Brasília, em conjunto com estudantes, previdenciários e servidores da administração federal em todo o país para pressionar o governo federal a negociar e reconhecer a data-base da categoria. Eles reivindicam 46,19% de reposição salarial.

Cerca de dez mil pessoas ocuparam a Esplanada dos Ministérios com faixas, cartazes, apitos, carro de som e palavras de ordem em defesa de educação e saúde pública de qualidade, reforma agrária e salários dignos para o funcionalismo público. Os manifestantes se mostravam inconformados com o encaminhamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no Congresso, com a possibilidade de privatiza-



ção do ensino público superior, a ameaça sobre o fim da autonomia universitária e os baixos investimentos no setor.

Segundo avaliação do comando de greve da Andes, 35 das 45 universidades federais aderiram à greve. Nestas, o índice de adesão gira em torno de 70%.

Resumo do Relatório da Tesouraria

Fevereiro de 1996

Saldo de Janeiro: R\$ 535.844,08

Contribuição Sócios	R\$ 70.415,26
Repasse ANDES-SN	R\$ 14.128,12
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 56.287,14
1.2. Prestação Serviços	R\$ 1.108,80
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 13.064,54
1.4. Outros (Devolução Sintusp)	R\$ 7.352,63

Disponível R\$ 613.657,19

2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 28.313,96
2.2. Diretorias Regionais	R\$ 700,00
2.3. Manutenção da Sede	R\$ 3.341,30
2.4. Comunicação	R\$ 11.740,63
2.5. Eventos (Congresso Andes)	R\$ 5.760,89
2.6. Outros (Empréstimo ao Sintusp)	R\$ 911,29

Total Despesas R\$ 50.768,07

Saldo de Fevereiro R\$ 562.889,12

3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 519.240,67
3.2. Poupança	R\$ 41.061,18
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.702,38
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 884,89

Total do Ativo Financeiro R\$ 562.889,12

Resumo do Relatório da Tesouraria

Março de 1996

Saldo de Fevereiro: R\$ 562.889,12

Contribuição Sócios	R\$ 70.074,77
Repasse ANDES-SN	R\$ 14.083,05
1. Receitas	
1.1. Contribuição Sócios	R\$ 55.991,72
1.2. Prestação Serviços	R\$ 3.013,14
1.3. Rendimentos Aplic. Financ.	R\$ 12.569,41
1.4. Outros	R\$ 5.968,40

Disponível R\$ 640.431,79

2. Despesas	
2.1. Pessoal/Encargos Sociais	R\$ 23.407,47
2.2. Diretorias Regionais	R\$ 600,00
2.3. Manutenção da Sede	R\$ 3.134,27
2.4. Comunicação	R\$ 1.683,31
2.5. Eventos	R\$ 5.191,18
2.6. Outros	R\$ 0,00

Total Despesas* R\$ 34.016,23

Saldo de Março* R\$ 606.415,56

3. Ativo Financeiro	
3.1. Aplicações em RDB+FBN	R\$ 560.516,47
3.2. Poupança	R\$ 41.549,99
3.3. Conta Corrente	R\$ 1.630,90
3.4. Caixa Secretaria	R\$ 1.006,12

Total do Ativo Financeiro R\$ 604.703,48

*Dados a confirmar

Adusp promove debate sobre os desaparecidos políticos na Argentina

Fotos: Ronaldo Entler

Aproximadamente 200 pessoas participaram em março do debate "20 anos do Golpe Militar na Argentina - A Questão dos Desaparecidos Hoje", promovido pela Adusp no Anfiteatro da História. A mesa coordenada pelo 1º vice-presidente da Adusp, Osvaldo Coggiola, foi composta por León Ferrari, artista plástico e pai de desaparecido na Argentina; Bernardo Kucinski, professor da ECA e irmão da professora Ana Rosa Kucinski (USP), desaparecida no Brasil; Leda dos Santos, irmã do brasileiro Sidney Marques, desaparecido na Argentina; Jair Borin, 2º vice-presidente da Adusp; Rachel Glezer, diretora do Departamento de História e Cláudio Mussa, refugiado político argentino no Brasil.

Antes do debate foi exibido o documentário argentino "El Beso del Olvido", lançado no ano passado quando as violações de direitos humanos durante a ditadura voltaram ao noticiário com as confissões de militares. Do lado de fora do Anfiteatro, na forma de exposição, foi apresentado o livro "Veinte Años", coletânea de trabalhos gráficos de 361 artistas argentinos.

O mês de março de 76 está marcado na memória do povo argentino pelo golpe militar que mergulhou aquele país em uma das ditaduras mais sangrentas do ciclo autoritário que envolveu a América Latina nas últimas décadas. Há 20 anos do golpe, diversas organizações da sociedade civil argentina se reuniram para organizar jornadas de memória crítica e compromisso, com ampla programação durante o mês de março para lembrar com repúdio aquela data. O debate em São Paulo, promovido pela Adusp, foi inserido nas atividades das jornadas no exterior. Na Argentina foi realizada uma marcha do Congresso até a Plaza de Mayo, em frente à sede do governo federal



As atrocidades cometidas nos governos militares dos diversos países da América Latina foram condenadas durante o Ato. Ao lado, representantes de várias entidades entregam nota de protesto no consulado boliviano, em defesa do Prof. Juan Pablo Bacherer.



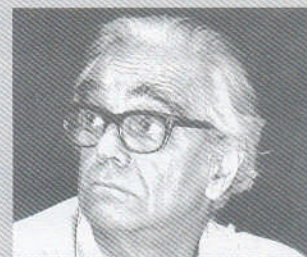
(Buenos Aires), um encontro musical e cultural, um concurso de ensaios com o tema "Após 20 anos do Golpe de Estado" e exposições fotográficas.

Segundo os organizadores das jornadas na Argentina, "todos sofremos a afronta da lei do ponto final, a obediência devida e o indulto, prêmio que foi entregue àqueles que afundaram uma geração no silêncio, na desapareição e na tortura. Por isso, esperamos que essas manifestações ajudem a manter viva a memória dos anos de ditadura militar e a consciência da permanência de suas seqüelas, repudiando as leis que isentam de culpa os implicados diretamente com torturas e assassinatos e também aqueles indultados pelos governo Alfonsín e Menem".

No debate realizado na USP os membros da mesa

foram unânimes em condenar as atrocidades praticadas pelos militares na Argentina, no Brasil e em toda a América Latina nas últimas décadas. Filhos de desaparecidos políticos argentinos que são alunos da Universidade de São Paulo manifestaram a intenção de se organizar no Brasil, a exemplo do que já ocorre na Argentina com a organização HIJOS.

Na ocasião, iniciou-se a coleta de assinaturas em dois abaixo-assinados que serão remetidos aos presidentes da Argentina e Bolívia, exigindo respectivamente, a liberdade do sindicalista Horácio Penarrio, dirigente da Coordenação de Desempregados da Província de Meuquén, e para que cesse o processo a que está sendo submetido o professor Juan Pablo Bacherer, docente de comunicação social na Universidad Mayor de San Andrés.



León Ferrari esteve no Brasil a convite da diretoria da Adusp para participar do debate sobre os 20 anos do golpe militar na Argentina. Artista plástico, León teve um filho morto pela repressão na Argentina. Nos últimos anos ele acumulou uma vasta obra que retrata os anos de terror vividos pelos argentinos. A Revista Adusp nº 6 publica artigo em que ele cobra uma posição da Igreja Católica, que sempre colaborou com os militares.

AIDS na USP

Ronaldo Entler

Reitoria alega falta de verbas para comprar remédios para professor com vírus HIV. Em contrapartida, investe na reforma de praça e na construção de muros no entorno da Cidade Universitária.

Portador do vírus HIV, o professor Jorge Beloqui, do Instituto de Matemática da USP, teve seu pedido de fornecimento de remédios negado pela reitoria. Um deles, o 3TC, que entrou no mercado norte-americano em novembro do ano passado, custa US\$ 300. Um segundo remédio, o Saquinavir, custa US\$ 540. E o mais grave: ainda não são distribuídos gratuitamente pelo Ministério da Saúde. A reitoria da USP alegou que, não dispõe, no momento, de recursos e nem de condições para fornecer medicação de manutenção de enfermidades crônicas.

Em ofício datado de 22 de janeiro deste ano, assinado pela chefe de gabinete Eunice Lacava, a reitoria se dispõe, no entanto, a analisar com o Nup aids e o Nep aids a possibilidade de estruturar "futuramente" alguma forma de apoio para tais casos. Passados três meses do encaminhamento deste ofício ao professor Jorge Beloqui, a reitoria não havia feito nenhum contato nem

com o Nup aids, nem com o Nep aids.

Desde o dia 31 de março, quando o professor Jorge Beloqui denunciou publicamente a negativa da reitoria, em matéria publicada na Folha de S. Paulo, Flávio Fava de Moraes já recebeu centenas de pedidos de reconsideração da decisão adotada pela USP. Cartas e telegramas foram enviadas de várias partes do país e do exterior. Os professores do Instituto de Matemática (IME) também se mobilizaram através de abaixo-assinado e exigiram reunião com o reitor Fava. Novamente a resposta foi negativa. Durante o encontro com os professores do IME, realizado na primeira quinzena de abril, Fava afirmou que "pagamos tudo quando a pessoa é internada em um dos nossos hospitais, mas não dá para fornecer medicamentos gratuitamente para quem não está internado".

Campanha - Diante da postura intransigente da reitoria da USP, a Adusp lançou, dia 23 de abril, a campanha "HIVIDA - Aids na USP - Em Defesa das Condições de Vida e Trabalho dos Portadores do HIV". Esta campanha (que será desenvolvida ao longo deste ano) pretende debater propostas que possam ser implantadas pela USP no atendimento aos portadores do vírus.

Ao Ato de lançamento da



campanha estiveram presentes o infectologista Vicente Amato Neto, o superintendente do Hospital Universitário (HU), Erasmo Tolosa, o presidente do GIV, José Araújo Lima, Neide Barriguéli, da Associação dos Renais Crônicos, e um representante do Programa de Aids da Secretaria Estadual da Saúde.

Erasmo Tolosa, representando o reitor da USP, negou que o HU não atenda os portadores do vírus HIV, falou das dificuldades e das fontes de recursos do Hospital Universitário e afirmou que medicamentos para doenças crônicas não são fornecidos porque têm um custo muito alto. Segundo ele, o acordo firmado entre a USP e a Casa da Aids poderá complementar as ações que já são desenvolvidas pela universidade.

O infectologista Vicente Amato Neto sugeriu que a USP retome um trabalho desenvolvido na gestão do reitor José Goldemberg, quando um grupo de trabalho multidisci-

plinar desenvolveu campanhas informativas e educativas. Aquelas ações, disse Vicente Amato, atingiram cerca de 60 mil pessoas e tiveram uma aceitação de 90%. Não se conseguiu, no entanto, avançar na questão da assistência. Hoje, segundo ele, a USP poderia retomar aquele trabalho e, além de campanhas educativas, desenvolver ações concretas na assistência em nível de internação. Quanto ao fornecimento de remédios, Vicente Amato informou que o Ministério da Saúde pretende, nos próximos meses, iniciar a distribuição gratuita do 3TC. "Estão sendo debatidas as fontes de recursos e o processo de licitação", disse ele.

Para Márcio A. Barbosa, diretor do DCE da USP, é inaceitável a negativa da reitoria alegando que não dispõe de verbas para o tratamento de doenças crônicas, a exemplo da Aids, quando a universidade está gastando milhões de reais para cercar com muros a Cidade Universitária e reformar praças no Campus.

Adusp repudia assassinato dos sem-terra

Na manhã seguinte ao assassinato dos 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, no Pará, a Adusp distribuiu Moção de Repúdio condenando a chacina praticada por policiais militares daquele Estado. Um dos trechos da moção afirma que estamos num país sem-vergonha, onde o governo não implementa a Reforma Agrária, nem pune os assassinos de trabalhadores que lutam por seus direitos. Juntamente com diretores da Andes/Regional São Paulo, os dirigentes



da Adusp estiveram presentes aos Atos contra a chacina realizados na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, e na Faculdade de História, na Cidade Universitária.



Fotos: Daniel R. Garcia